

# **INFORMAÇÃO TELEVISIVA E ESPAÇO ESCOLAR:** *pedagogia de participação e cidadania para o ensino fundamental brasileiro*

## **TELEVISION INFORMATION AND SCHOOL SPACE: the pedagogy of participation and citizenship in brazilian formal schooling**

**José Washington de Moraes Medeiros<sup>1</sup>**

### **Resumo**

As informações para teleducação, assistidas por uma política econômica global, imposta pela classe dominante, são escamoteadas para não delinear as desigualdades sociais, piorém exteriorizando a demarcação de uma compreensão e representação da informação pautada na dicotomia educação/mercado. Analisa a política sócio-educacional de informação para o ensino fundamental (teleducação), designada a vencer as contradições sócio-econômicas regionais, distâncias geográficas e diferenças culturais. Associa a presença de tal política à convenção de um padrão técnico-lingüístico massivo, por onde escoo um modelo informacional padronizado. O fato de não haver bifurcação no âmbito estrutural da informação (educacional/comercial) ascende a emergência de uma informação sem fronteiras ideológicas, trafegando no espaço escolar uma informação televisiva mercadológica, advento de uma forma de produção. Mesmo que os objetivos de acesso e uso da televisão em rede e da televisão na escola demarquem-se e convirjam-se. Marqueteia-se a conotação de uma pedagogia teleducacional a serviço da cidadania.

### **Palavras-chave**

**INFORMAÇÃO  
TELEDUCAÇÃO  
CIDADANIA  
ENSINO FUNDAMENTAL**

### **Introdução**

Promover uma discussão articulando o fenômeno informacional e sua interface com a educação moderna, para a formação de cidadãos co-participantes do processo de mudança social, não é tarefa fácil, porém necessária. Ambientado num processo de produção da informação, de um lado, sabatinado por indagações acadêmicas, de outro, comecei a perceber quão necessário se faz tentar entender as novas estratégias da informação dirigida, a fim de visualizar a política social emergente no campo da tecnologia educacional. Parti do seguinte princípio, real e fetichizante: a informação

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba

eletrônica como recurso para a educação moderna, ou melhor, a informação televisiva no espaço escolar. Partilho com Moran (1991, p. 79) o pensamento de que a informação televisiva é o esforço em resgatar o real em toda sua essência, um simulacro da vida ao vivo recortada, editada e transmitida. Ela funciona como materialização de um mundo perdido, inalcançável para se viver concretamente. Assim, “*a informação televisiva (...) é um rito que expressa a permanente e insuperável contradição entre a tentativa de obter a revelação da realidade e a experiência do seu ocultamento.*”

Marteleteo (1995, p. 11) trata do campo pedagógico como espaço de práticas informacionais. Concebo o espaço escolar como reduto desse campo e dessas práticas, existindo aí, portanto, uma lógica entre as duas abordagens. A autora fala da cultura erudita e da indústria cultural como *sub-campos fundamentais da cultura informacional*. Sendo a indústria cultural aquela que fornece os meios de produção da informação televisiva, é interessante descrever e situar a nova informação do espaço escolar, reconhecendo seu uso como inovação para o ensino público brasileiro.

Do lado técnico-modernizante, a assistência à educação básica tem se refletido na apropriação das novas tecnologias (teleducação), como via última para uma (in)formação como reparo de um atraso sócio-econômico que completa 500 anos. Buscar os meios de discutir essa informação como *salva-vidas*, junto aos profissionais da informação (educadores, bibliotecários, comunicólogos, cientistas da informação), é a saída mais coerente para galgar respostas multisetoriais, cuja discussão demanda um compromisso com a educação e os fenômenos informacionais. Parto do princípio de que a informação não é algo estático e de que a educação figura como fator de interesse em todos os segmentos sociais.

Recaiu-me, então, a atuação da teleducação e sua especificação como TV Escola, enquanto módulo de informação nas escolas públicas brasileiras. Busco a associação à Ciência da Informação para dimensionar o campo informacional e seu significado como instrumento pedagógico e tecnológico para o surgimento de cidadãos conscientes.

## **2. Cidadania e Participação: uma congruência natural**

Convém iniciar afirmando que a cidadania é a razão da existência humana, cujo surgimento remonta à Grécia antiga (*burgo = cidade = homem = cidadania*) e que hoje é citada e invocada tanto na periferia como nos centros urbanos, tanto na classe privilegiada quanto na desfavorecida. Essa abordagem popular da cidadania, mesmo equivocada e incompleta, estabelece o caráter popular do tema, numa concepção dialética e processual para uma conceituação, onde os direitos (civis, políticos e sociais) vão se delimitando na sociedade. Desenvolvida juntamente com o capitalismo, a cidadania trouxe uma nova visão de mundo, salientada pela valorização do trabalho (Covre, 1991).

Da Grécia antiga aos tempos modernos, a cidadania tem se redefinido incorporando novas conquistas para o sujeito social. Entretanto, ainda esbarra no nó histórico e central de sempre. É difícil para o trabalhador assalariado e explorado, que molda com as próprias mãos (tendo o corpo mandado) o lucro que sustenta o sistema, desprover-se do bloqueio que dificulta a conscientização para o desenvolvimento do processo de cidadania. Referenciando Marx, Aquino (1995) evidencia que, afastando-se do fruto do seu trabalho, vendendo sua força produtiva e aprovando a exploração desta, o homem vê surgir um grande obstáculo para a cidadania, do qual é vítima: a alienação. Percebe-se essa alienação como a forma da *violência perfeita* para o sistema (Vilela,

*apud* Varela, 1999), aquela que faz sofrer mas que ceifa o reflexo do grito, da dor.

A saída para isso seria a revolução. Covre (1991) comenta que esta proposta encontra em Marx o maior dos defensores. Uma revolução socialista democrática onde a classe trabalhadora gerenciaria o poder e conquistaria a cidadania para todos. Seria uma mudança entre estruturas e sujeitos.

O conflito histórico-social para a conquista de direitos cidadãos é caracterizado por golpes e contragolpes. Em certa altura, o capital reagiu implementando novas tecnologias para o processo de produção, diminuindo a dependência por parte do processo produtivo em relação ao trabalhador enquanto homem. No Brasil, com a Revolução de 30, estabeleceu-se um modelo nacionalista de desenvolvimento ligado à produção industrial de internacionalização, através da tecnologia.

Para Guedes (1998), a cada evolução modernicista-tecnológica, alarga-se mais distância na quilometragem das desigualdades e injustiça social, principalmente em países como o Brasil. E quando se aceita essa realidade como tal, entendendo essa injustiça como destino, eis a prova contundente de sujeição e subordinação. Conseqüentemente, eis um não-cidadão (Demo, 1995).

No final do século XX, a dimensão qualitativa de encaminhamento discursivo sobre cidadania, desde Marshall (1967), ganhou conotação como aspecto fundamental do desenvolvimento, onde o mercado seria apenas o meio. O componente-chave para esse processo é reconhecida como *competência humana para fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada*. Para que isso se evidencie, alguns aspectos são vitais: educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se o processo emancipatório (Demo, 1995).

Nesse contexto, há dois tipos de cidadania apontadas por Demo: *cidadania tutelada e cidadania assistida*. A primeira dá-se de cima para baixo, sendo uma concessão, uma dádiva presenteada pela elite econômica e política para o campo social. A pobreza política sobrepõe-se à consciência crítica e à competência política para rejeitar a tutela. O clientelismo e o paternalismo são chamados pela direita para que mantenham *a população atrelada a seus projetos políticos e econômicos*, o que consolida a elite histórica no mesmo patamar de poder reproduzindo-se e reproduzindo o grau de negação/repressão da tutela. A assistida permite a noção do direito como reivindicação ao assistencialismo; aproxima a assistência da prática democrática, usando para isso a formulação de políticas públicas e sociais. É uma forma amena da pobreza política que dispensa e/ou impede a emancipação. O sistema de benefícios estatais, desde a Previdência Social até as políticas públicas de educação assistida, é seu principal engodo. *Maquia a marginalização social. Não se confronta com ela*.

Todavia, atualmente, a cidadania assistida reina soberanamente em todos os segmentos sociais, através de políticas sociais assistencialistas. Estas “parem”, na prática, o “hospedeiro” perfeito do confinamento ideológico dominante: a dependência. Ocultando-se no inconsciente, camuflando-se nas necessidades práticas e básicas da vida social, essa dependência não é visualizada pelo reduto de implantação das políticas sociais, mas acostuma-se com ela numa eterna sensação de conforto, seja pessoal ou coletivo. Assim, o sujeito formula uma errônea representação de que é um ator social participante.

Do ponto de vista do Estado, política social significa o planejamento para implementar combate de redução às desigualdades sociais. Do ponto de vista do público interessando, significa *a conquista da autopromoção*. Contendo três eixos, quais sejam: o sócio-econômico, o assistencial e o político, a política social sintetiza um jogo de interesse seja da parte de quem a implanta e/ou da parte de quem a recebe. A escola,

enquanto reduto social, é um campo receptor de políticas, seja para o processo ensino-aprendizagem, seja para a estrutura institucional (Demo, 1996).

Convencionou-se associar tais políticas à participação e autopromoção. Demo (1996) demarca participação enquanto forma de intervir na realidade social, sendo outra forma de poder. A democracia, a autocrítica e o diálogo são formas essenciais para a conquista da liberdade, da conscientização participativa.

Para instrumentalizar-se em função da conquista da autopromoção, é preciso ativar as estruturas dos canais de participação: organizar-se enquanto sociedade civil, através de reestrutura organizacional, sindical e partidária; planejamento participativo; acesso universalizado a um mínimo de educação formal para o exercício da cidadania; identidade comunitária como traço cultural de enraizamento, compromisso e conquista de direitos.

Mudar participativamente é partir de dentro para fora, e a educação é o instrumento maior da participação política. Esta é o contrário de pobreza política, de alienação, de não-cidadão. Nesse sentido, enraizada na essência do sujeito a ser exteriorizada no cotidiano, cidadania e participação são traços comuns, interacionais e consangüíneos. Retomando Demo,

*“Cidadania fundamental viceja neste lado, aquela que sabe tomar consciência das injustiças, descobre os direitos, vislumbra estratégias de reação e tenta mudar o rumo da história. Participação quer profundamente isto. Por isso, podemos dizer sumariamente, que cidadão é o homem participante”*(1996, p. 71).

No projeto de participação para a cidadania palpita uma ferramenta, motor de aceleração processual e prático: a informação. Informar e informar-se compõem as estruturas do cotidiano e significam estar a par dos acontecimentos da vida e promover e/ou modificar novos acontecimentos. Num contexto genérico, a informação é uma conjuntura mobilizante que forma o conhecimento, contribuindo para desnudar a alienação e promover a conquista da autopromoção, ou seja, a cidadania.

Conduzida para o palco da Ciência da Informação, esta discussão reforça o caráter de campo interdisciplinar desta ciência, atravessada pelo delineamento das problemáticas inerentes aos relacionamentos sociais advindo do fenômeno informacional da era dita global. Autores como Le Coadic (1996); Saracevic (1991), dentre outros, dissertam sobre o atributo interdisciplinar desta área, cabendo-lhes, competentemente, abarcar argumentações que versam sobre o fenômeno da informação e sua inserção nos planos sociais. Canalizada sob suportes que integram desde a manutenção e equilíbrio dos sistemas até como tecnologia voltada para o campo educacional, a informação tem a inegável distinção de se constituir como contribuinte para o conhecimento e a conseqüente mudança social (Marteleteo, 1987).

### **3. O contexto de uma nova informação**

Os meios de comunicação de massa (MCM) têm redefinido seu espaço funcional perante o mercado, seja readaptando-se às novas tendências tecnológicas e descobertas científicas, seja inserindo-se em novos espaços, antes reconhecidos como “neutros”. A televisão, mecanismo de acesso a multinformações, tornou-se um dos meios mais difusos do mundo, reunindo as características mais essenciais de sua materialidade, que

são a imagem, o som e o texto. Apelos ímpares e sedutores, induzindo ao telespectador a sensação de uma completude aparentemente só encontrada neste canal. Produzir e disseminar uma determinada informação tendo como vetor a televisão, é garantir um acesso geograficamente abrangente e longínquo.

O objetivo maior de um levante norteador-discussivo é delinear e traçar os paralelos do que, hoje, poderíamos denominar uma nova comunicação social: pedagógica-educacional. A nova comunicação, cuja informação produzida é canalizada pelo espaço televisivo, revestiu-se de *pedagogismo*, capaz de alterar a programação e modificar as lucrativas planilhas das emissoras comerciais.

É preciso esclarecer que a emergência de uma nova comunicação materializa-se não somente como consequência da expansão das novas tecnologias audiovisuais, como a Internet. O processo de surgimento de um novo produzir ( “*como*”, “*por que*”, “*para quem*”) e disseminar a informação, perpassa a frivolidade de uma perspectiva sócio-estatal, com o surgimento de políticas públicas assistencialistas no campo da educação, onde a sociedade e a escola não participaram ativamente do planejamento desses projetos, mas foram alvo-receptores deles.

A produção de uma informação para o espaço escolar e global apresenta-se como meta resolucional para a equação dos altos índices do analfabetismo brasileiro, empecilho para o desenvolvimento sócio-econômico.

O projeto tático de transmutação entre informação capitalista e informação educativa incorpora um arcabouço inovador para a tevê brasileira, onde se tenta comprovar que é possível redirecionar o projeto editorial da emissora, veiculando informações voltadas para a educação.

A implantação do projeto “*Brasil 500*” trouxe uma nova faceta para a televisão comercial. Num exponencial lógico e tático, onde emerge o levante de uma problemática sócio-educacional (analfabetismo), delineiam-se as nuances de uma informação direcionada e diferenciada. A incógnita reinante, diante tais constatações, é tentar entender como a informação, inserida como produto do novo reduto televisivo, está sendo aproveitada enquanto material didático-pedagógico. Ou, de forma mais histórica, descobrir como essa informação televisiva está impulsionando para a consciência participativa do espaço escolar, propulsor de cidadania.

#### **4. Teleducação: informação para educar as massas – *A reviravolta***

A presença da TV Escola no espaço das instituições públicas brasileiras recai sobre esse contexto. Faz parte de uma visão de mundo popular, janela dos acontecimentos, cuja estrutura está encravada no imaginário social do brasileiro, sistematizado no processo educacional. Demo (1998, p. 235) sintetiza a conceituação do termo teleducacional: “*Por teleducação tomamos uma proposta educativa que se aproveita dos meios eletrônicos em toda sua extensão e intensidade para informar e sobretudo para formar, de modo permanente e tendencialmente à distância.*”

Nesse sentido, a escola aderiu à televisão, e o sistema de ensino ampliou o raio de ação educacional. *A função de ensinar e o papel de aprender*, através da tevê, constituem a supremacia hegemônica da televisão onde se evidenciam as contradições entre a informação pedagógica e a informação do cotidiano.

Castells (1999, p. 361) comenta que a transformação que figura hoje diante dos homens e das estruturas sociais é formada por dois grandes agentes estruturais: a tecnologia e a informação. E é nesse sentido que diferencia *sociedade da informação e*

*sociedade informacional*. A primeira é ambientada pelos impactos informacionais compostos pela produção e disseminação da informação, em larga escala, em todos os segmentos sociais. A segunda é marcada pelo surgimento de novas estruturas que dão suporte sistemático ao fluxo informacional. Formam-se as bases em rede divisória universal, difundida por todo o planeta. Sob essas formas, dá-se o molde de uma nova sociedade, arquitetada sob as características de um mundo da informação massiva. Completando esse entendimento, Braga (1996, p. 126) comenta sobre a rede de informação:

*“A convergência de numerosas redes por onde circulam os fluxos de informação rumo a um ponto único, (...) a tela do televisor familiar, indica a possibilidade de isolar, em nossos dias, os campos até faz pouco tempo dissociados da informação-notícia, a informação-entretenimento, a informação-controle-social.”*

Acostumada com a linguagem televisiva, a criança recebe a TV Escola com muita expectativa. De *segunda escola* passa a estar na escola e a confundir-se com ela. Quando chega à adolescência, a criança já tem atingido 15 mil horas de televisão e mais de 350 mil comerciais contra 11 mil horas de escola. Esses números crescerão de uma forma vertiginosa e será difícil discernir entre o tempo da TV e o tempo da escola.

Assim como a sociedade, o processo educacional tem encarado a linguagem (informação) televisiva para simular a transmissão da realidade, mas o que existe é um discurso sobre a realidade. Nesse processo narrativo, desvenda-se a omissão do narrador e a negação do receptor enquanto sujeito interativo. Esse mundo de técnica imagética e informacional está inserido na escola. O projeto pedagógico que utiliza a televisão enfrenta dois obstáculos: a qualidade da mensagem e a qualificação do receptor (Mattos, 1993).

Historicamente, a educação é contemplada como um direito social e é dever do Estado intermediar a formação intelectual. Entretanto, com o capitalismo manifestado em sua fase globalizante e o Estado malfadado ao degredo, obrigado a fechar suas portas, a minimizar suas ações, tutelas, e interpelar a política de projeções internacionais, a educação torna-se assistida por políticas de tecnologia enraizadas numa história de educação à distância que começou a ser escrita desde a década de 20 com a consolidação da comunicação de massa.

A utilização das formas de ação política do Estado Novo concentraram-se para a hegemonia da cultura de massa. Nessa época, o cinema foi elevado de simples meio de diversão para aparelho pedagógico ("cineducação"). Tais ações políticas surgem como meta para atender a um jogo de interesses amplos e não somente como resolução pedagógica para o processo de formação educacional. Além da pretensa idéia de tornar o Brasil uma "Hollywood", era um modo de homogeneizar valores e costumes, trazendo o sujeito para o centro da racionalidade capitalista. Ortiz (1989, p. 52) sintetiza muito bem o pensamento estadonovista e sua proposta de conferir um poder central ao Estado: *“O Estado Novo, em seu projeto de organização política e cultural, sempre contou com um grupo de intelectuais que buscaram fundamentar e desenvolver uma ideologia que se destinasse a difundir uma concepção de mundo para o conjunto da sociedade”*.

Com o surgimento da televisão, que chegou ao Brasil em 1950, essa história teve prosseguimento e foi mais difundida. A tevê tinha a vantagem da mobilidade e era mais dinâmica. Assim como na cineducação, passou-se a associar a teleducação ao divertimento, onde o caráter lúdico dos programas infantis enraizou-se. Universaliza-se

uma programação onde a idéia de concorrência à educação formal é um aspecto ideológico semi-oculto, reproduzido-se tal qual o modelo comercial dos Estados Unidos, onde os pressupostos da teoria Behaviorista, de condicionamento comportamental, são postos em prática para estimular uma resposta dependente. *E tal modelo foi reproduzido pelas experiências da teleducação* (Ramos, 1997), até os dias de hoje.

Assim como a tevê comercial, a grade de programação da TV Escola (teleducação) é repetida numa reprise planejada e constante, conferindo o indício de uma forma de dominação pela informação injetada e aprisionada, condicionando um padrão de linguagem conteudística a partir de ícones tecnológicos embebidos de alusão educacional, o que, na verdade, é uma característica do paradigma da tecnologia da informação que *“são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia”* (Castells, 1999, p. 78). Ramos (1997, p. 114-5), restringe as tecnologias informacionais, a serviço da educação, pensando a atuação da TV Escola:

*“A TV Escola apresenta, em suas singularidades, a mesma lógica que tem motivado as séries de teleducação norte-americanos. Objetiva-se compatibilizar o poder de condicionamento da televisão comercial com as potencialidades de aprendizagem, por intermédio de uma concepção behaviorista.”*

Há, portanto, uma reviravolta de papéis e sentidos, cuja informação coletada, produzida e processada no espaço escolar, tomando a televisão como suporte, é mais um meio de produção e de reafirmação da subordinação; do ensino como via de dominação. É nesse sentido que Demo (1998) esforça-se para diferenciar o ensino da educação. O primeiro aponta para a instrução, o treinamento, numa posição de fora para dentro e de cima para baixo. A educação, ao contrário, contempla a aprendizagem do sujeito de dentro para fora, fazendo situar-se num contexto emancipatório, de participação e conquista da consciência crítica. Assim, educação é reconstrução. *“A teleducação tende a ser apenas ensino, ainda que possa, nesta condição, ser de extrema utilidade para o processo educativo”* (1998, p. 14). À distância, em termo, opõe-se à educação apesar de *facilitar a vida* dos alunos com um ambiente lúdico. O que para Ferraz (1996, p. 65) não é somente privilégio do Brasil. *“Essa interrelação entre entretenimento e educação é uma experiência que foi provada internacionalmente”*.

É aqui que se endossa a inquietação de algumas indagações primordiais para fomentar uma discussão: O que é a TV Escola e a quem interessa? Como poderá contribuir para a ascendência de uma pedagogia de participação para a construção da cidadania?

Respostas para estas questões, em princípio, são escorregadias. Por não serem palpáveis, demandam estudo mais aprofundado. Enquanto isso, vale recorrer às palavras de Gadotti (1983, p. 134) que, numa ótica crítica, desvenda o ocultamento ideológico de tais políticas técnico-sociais voltadas para a educação:

*“Não há melhores condições para uma ação educativa visando a submissão: é a própria condição de ‘espectador’, de aluno deitado em frente ao vídeo, sem condições de perguntar, sem condições de falar. A essa situação alia-se outro fator, a ausência de uma formação crítica.”*

## 5. Por uma Pedagogia da Informação Televisiva

Mesmo antes da teleducação ser fator latente e pulsante no âmbito das escolas do ensino fundamental brasileiro, já se discutia a presença de um conteúdo paralelo ao da escola, ocultando-se na essência das informações dos meios, trafegante entre os pátios, corredores e adjacências escolares. Os meios, como coloca Moran (1991), transformaram-se numa segunda escola, em paralelo com a escola tradicional.

Passando a desempenhar uma conduta direcionadamente pedagógica, a informação televisiva desempenha função educacional pautada em dois princípios:

**5.1 Princípio da Pedagogia em Aberto** – Forma de entretenimento fácil, em que se preenche o tempo com um modo de lazer barato, cuja sensação lúdica aporta no indivíduo, liberando uma noção de profunda satisfação, a exemplo dos telejornais. A informação é absorvida como total e verdadeira, confundida com o conhecimento, reconhecida como forma essencial para se apropriar das teorias e concepções que regem o mundo cotidiano.

**5.2 Princípio da Pedagogia Sistêmica** - Expressa na propositura de uma forma de organização do saber, demarcado por informações conteudísticas e organizadas, trabalhadas para circular no âmbito de uma proposta pedagógica definida, como a TV Escola.

Esses princípios, na contemporaneidade, são involuntários. A família, como primeira instância que produz a formação dos elementos de compreensão de mundo, direciona a rota da criança para a informação emitida pela televisão. Essas formas de organização e entendimento da realidade são absorvidas pelo ensino fundamental. Tem-se, então, três espaços representacionais de uma informação natural-banalizadora e casual. Entende-se por espaço informacional banal aquele que é dispensável, perecível. Tem uma unidade não-notória e não-explicita. Apesar de ser sistêmico, este banal é casual. É uma proposta pedagógica agregada à televisão como meio massivo e que causa dependência. Em âmbito sócio-educacional, estes princípios interligam-se, surgindo espaços que permeiam os fatores educativos do ensino brasileiro, incorporado pela TV Escola:

**Espaço Tevê/Família (*Banal/Familiar*)** – Determinante para uma interação com a informação eletrônica, cuja absorção confunde-se e/ou confronta-se com os próprios valores familiares na relação pais-filhos-TV (escola). Preponderantemente, surge um relacionamento entrelacivo, em que papéis e crenças são circundantes, mutantes, conflituosos, passando a exteriorizar-se como fator inconsciente e presente no cotidiano familiar;

**Espaço Tevê/Escola (*Banal/Institucional*)** – A informação televisiva e o espaço escolar, a princípio, são âmbitos contraditórios, mas não bipolaridades opostas. São cernes de vivência informacional cuja contradição se explicita no choque entre as estruturas internas dos campos informacionais, urgindo um conflito empolvoroso que conduz à ascensão de um lado e à decadência de outro, num jogo que envolve vencedor/vencido. Numa concepção dialética, contradizer é estabelecer disputas entre mecanismos, conferindo maior poder a um deles (Chauí, 1984).

Materializa-se uma prática de ensino teleducacional para saciar e/ou camuflar a



deficiência das escolas carentes de material didático de qualidade, laboratórios equipados, bibliotecas atualizadas etc. Torna-se mais fácil utilizar a informação televisiva que diz e mostra “*tudo*”, numa sensação de absorção da realidade e resumo do mundo, reconhecendo como secundário as necessidades pragmáticas da escola enquanto fomentadora da aprendizagem prático-teórica que conduz ao conhecimento.

Assim, no contexto comunitário, a escola é um grupo aparentemente à parte, do ponto de vista exterior. Como grupo, que luta para firmar-se e afirmar-se no contexto social, é um espaço visivelmente pobre, apoiando-se numa cultura de sobrevivência. Inserida aí, por exemplo, a merenda escolar é mais do que um item disponível para o alunos. É a forma prática e gratuita de atender as carências familiares, ou seja, um espaço uniforme e paliativo que responde e sacia a fome, embora não erradique suas conseqüências (espaço efêmero).

Para deixar de ser banal, a tevê na escola necessita de uma revolução diante do estado estrutural do qual está embebida. Tem que transmutar-se como canal de informação para a inclusão social. Isso só acontecerá se o ensino fundamental mediar uma consciência crítica, em que o aluno possa analisar a *autenticidade, precisão e atualidade da informação*. “*É um papel essencial do nosso sistema educacional assegurar que as pessoas estejam bem preparadas, ou tanto quanto possível, para fazer tais julgamentos*” (Harris, 199?, p. 4).

**Espaço Tevê/Comunidade (Banal/Social)** – A proposta universalizante da televisão diferencia-se do dia-a-dia prático-social da comunidade, reduto da família e da escola. Porém, a televisão contemplou a comunidade enquanto campo de atuação e captação do real. Coleta e produz o relato dos fatos que fazem a história cronológica dos acontecimentos. Fez-se parte integrante da comunidade. O termo comunidade compreende toda a extensão de um setor informal/formal, que existe além da família, cujos interesses e objetivos comuns são buscados por indivíduos que doam tempo e energia para efetivar trabalhos para a coletividade (Harris, 199?). A informação televisiva é buscada para inserir-se neste contexto e torna-se parte intrínseca deste setor, sendo item que reflete na busca desses objetivos.

A TV Escola dissemina essas histórias comunitárias, suas experiências em teleeducação, suas manifestações artístico-culturais. Ilustra os conteúdos educacionais, evidenciando a comunidade e evidenciando-se como parte contextualizante do processo informacional/educativo.

Há, então, uma relação proposital e coerente, preestabelecida por um planejamento governamental ou pela pedagogia ideológica dos meios, interligando e integrando, concomitantemente num processo quase indissolúvel, a família, a escola e a comunidade, isto é, os aparelhos ideológicos do estado. Do lado ideológico, algo já esperado; da parte pedagógica, uma façanha “importante” para o processo ensino-aprendizagem da educação, mas que está mudando, através da informação e suas relações multisetoriais que fazem e circundam a escola.

A pedagogia da TV Escola demanda o surgimento de fatores e espaços educacionais interligados por uma sintonia ideológica e esquemática, onde a informação, cíclica, repetitiva e condicionante, está imbricadamente associada aos mecanismos internos de uma informação enquanto produto e indústria. Por conseguinte, obriga a considerar, neste âmbito, a informação como produto multifacetado, adquirido no mercado e suas várias instâncias de abrangência, resultante de um processo de produção cotidiana e/ou industrial, revestido com incrementos ideológicos, voltada para fins específicos.

## 6 Conclusão

Os novos sistemas de informação, através de tecnologias culturais, equivalem-se cada vez mais a uma transferência de modelos globais de organização de poder. Isso dá-se através da concentração e monopolização da produção informacional, principalmente da parte da elite, que manipula os meios de comunicação e da academia que padroniza o discurso científico. Assim, *no próprio processo de produção se criam os espaços de poder, tanto econômicos, políticos, como sociais* (Braga, 1996).

É preciso libertar-se desse processo de produção dominante. Emancipação, enquanto apartação, supõe desvínculo entre sujeito/Estado. Este atrelamento excessivo, abusivo e dependente, impede a visualização do sujeito interior (subjetividade), propulsor da participação, da cidadania. Emancipar, assim, requer desconstruir a dependência vertical, de cima para baixo, buscando reconstruir o meio social, enquanto história, e reconstruir-se como agente de mudança social. Não obstante, não há mais como postergar que o perfil epistemológico-prático da Ciência da Informação, na busca por uma "balança" teórica-racional que pese e explicita seu objeto de estudo, perpassa pela travessia que reafirma este campo como área de investidas discussões e análises das nuances que abrigam a informação e suas múltiplas formas de aplicação e uso. Porém, é mister acrescentar que, a partir daí, cabe-lhe também arquitetar uma produção reacionária deste fenômeno como mecanismo de uma práxis que modifique e/ou desarticule os padrões hegemônicos dos discursos dominantes.

Penso numa informação que prioriza estes mecanismos de ação social e que deve ser utilizada como suporte para a emancipação, despregando-a de seu lado consumista e mercadológico, tornando-se retroalimentação do processo histórico-informacional que considere o sujeito mentor e usuário dos recursos da tecnologia; não aparato de políticas sociais que tornam a tecnologia informacional personagem principal diante do sujeito. É preciso desvincular-se da realidade de que o meio é a mensagem, e sim de que o homem é a mensagem e as informações de que ele necessita são decorrentes da essência da vida humana.

A informação televisiva, como um todo, está longe disso. E a que é veiculada no espaço escolar (TV Escola), apesar de ter como um dos temas transversais a cidadania, partilha de uma concepção dominante da palavra como item fornecido, concedido, presenteado pelo Estado, via política social assistencialista. A informação que o espaço escolar clama é aquela que vislumbra a construção de sua própria produção, onde a TV Escola serviria apenas como suporte, como uma das fontes para essa produção e para a crítica, considerando os aspectos "nocivos" de sua inserção na escola enquanto tecnologia do condicionamento behaviorista (dominação).

Nestas circunstâncias, surgiria uma informação participativa, cuja apartação dos *tornos* assistenciais fez nascer. Concebo informação participativa como mecanismo de inclusão social. Não estando excluído, o sujeito é ativo diante de suas práticas informacionais e cidadãs. Ninguém melhor do que a própria escola e a comunidade, para saber do que se necessita, e é por isso que deve olhar para dentro de si e buscar autonomia para propor e realizar suas políticas pedagógicas. Mas libertar-se do atrelamento histórico, ao qual esteve predominantemente paralisada é difícil e, assim, requer uma pedagogia de ação que implemente, verdadeiramente, a participação e cidadania para o ensino de base.

**Abstract**

*The information, assisted by a global economic policy, imposed by the dominant class, is camouflaged so as not to reveal social inequalities, but nonetheless reveals the demarcation of an understanding and representation of information based on the education/market dichotomy. Analyses the social-educational policy of information for Basic Education ('teleducation') designed to overcome regional social-economic contradictions, geographical distances and cultural differences. It associates the presence of such a policy with the convention of a massive technical-linguistic standard, through which runs a standard information model. The non-existence of a bifurcation in the structural context of information (educational/commercial) signals the emergence of information without ideological frontiers, conveying marketable television information in the school space, resulting from a specific mode of production. Even if the goals of access and use of network television and television in the school have limits and coverage, what is being marketed is the connotation of a teleducational pedagogy at the service of citizenship – a notion of participatory technological education.*

**Key Words**

**INFORMATION**  
**TELEDUCATION**  
**CITIZENSHIP**  
**BASIC EDUCATION**

**Referências**

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Educação e tecnologia: desenlaces/ (entre)laços na aventura de (in)formar o homem – uma discussão possível? **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 21-8, 1995.

BRAGA, Ubiracy de Souza. Quem se comunica, se trumbica: poder e “comunicação de massa”. **Raízes**. Campina Grande, v. 15, n. 12, p.124-131, set. 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação**: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. v. 1

COVRE, Maria de L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 78 p.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 125 p.

DEMO, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas: Autores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **Questões para a teleducação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERRAZ, Isa G. "Projeto TV Escola" . **Comunicação e Educação**, v. 2, n. 6, p. 58-68, maio/ago. 1996. Entrevista concedida a Roseli Fígaro.

GADOTTI, Moacyr. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1993.

GUEDES, Olga. As novas tecnologias de comunicação e informação: novos mecanismos de exclusão social? **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 21-6. jan./jun. 1998.

HARRIS, Kevin. **Informação e comunicação no setor comunitário**. Traduzido por: Maria Filomena Nóbrega Spinelli. Community Development Foundation. 199?. 14 p. (Apostila).

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Traduzido por: Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 1996.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare** Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Informação: elemento regulador de sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**. Brasília, v. 16, n. 2, p.196-180, jul./dez. 1987.

MATTOS, Sérgio. Meios de comunicação a serviço da educação (Pedagogia dos Meios). **Intercom – Revista Brasileira de Comunicação**. São Paulo, v. 16, p.50-58, jan./jun, 1993.

MORAN, José Manuel. **Como ver televisão**: leitura crítica dos meios de comunicação. São Paulo: Paulinas, 1991.

ORTIZ, Renato. Cultura e sociedade. In: \_\_\_\_\_. **A moderna tradição brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RAMOS, Roberto. TV escola: a quem interessa? **Famecos**. Porto Alegre. n. 6, p. 111-5, jun. 1997.

SARACEVIC, Tefko. **A ciência da informação**: origens, evolução e relações. Traduzido por: Ana Maria P. Cardoso. International Conference on Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives. University of Tampere, Finland, ago. 26-28, 1991. 27 p. (Mimeo).

TILBURG, João Luís Van. **A televisão e o mundo do trabalho**: o poder de barganha do cidadão-telespectador. São Paulo: Paulinas, 1990.

VARELA, Aída Varela. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: 1999.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília